

Constituinte começa a fase de redação

Cabral promete manter "avanços" trabalhistas

Comissão de Sistematização da Constituinte começa a trabalhar hoje, até domingo, na compatibilização dos sete pareceres aprovados nas comissões temáticas.

Vai também elaborar um novo parecer para substituir o que não foi aprovado pela Comissão de Família, do relator Artur da Távola (PMDB-RJ).

do; o deputado Joaquim Beviláqua (PTB-SP), do Sistema Tributário e Orçamento, juntamente com Távola; o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), da Nacionalidade, Direitos e Garantias; o deputado Konder Reis (PDS-SC), da Organização Partidária, Eleitoral e Garantias; o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), da Organização dos Poderes e Sistema de Governo; e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência, Tecnologia e Comunicação.

Trabalharão como auxiliares pessoais de Bernardo Cabral o jurista Sérgio Ferraz, o senador Maurício Corrêa (PDT-DF) e os deputados Michel Temer (PMDB-SP), Manoel Moreira (PMDB-SP), Haroldo Lima (PC do B-BA) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP).

A Comissão de Sistematização ainda não decidiu se começa esta semana ou na próxima as reuniões ordinárias, para discussão das matérias a ela pertinentes — o Regimento Interno prevê a realização de reuniões ordinárias três vezes por semana, pela manhã. As reuniões, que até agora vinham sendo feitas no plenário do Senado, deverão ser transferidas para o plenário da Câmara, que comporta maior número de pessoas. No plenário do Senado, só há 74 lugares, número inferior ao de membros da própria comissão, que são 93.

Além disso, a Comissão de Sistematização já se preocupa com o recebimento e tramitação das emendas populares, que devem ser subscritas por 30 mil pessoas. Pelo esquema que está sendo preparado, essa tarefa ficará a cargo da deputada Sandra Cavalcanti, cabendo à secretária da comissão a verificação das assinaturas, o que será feito com o auxílio dos computadores do Prodasen e por amostragem.



BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), prometeu ontem no programa "Bom Dia Brasil", da Globo manter em seu anteprojeto alguns avanços aprovados na Comissão da Ordem Social em favor dos trabalhadores, como estabilidade no emprego após 90 dias de experiência, redução da jornada de trabalho das atuais 48 para 40 horas semanais e criação do fundo de seguridade social. Ele admitiu que, apesar de polêmicas, questões como estas não ficarão fora do seu relatório porque têm profundo conteúdo social e levarão em conta mudanças ocorridas na área trabalhista desde a promulgação da Constituição de 1946.

O relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), disse estar com a consciência tranquila por ter cumprido sua tarefa de interpretar a vontade da maioria. Visivelmente aliviado, ele preferiu creditar a surpreendente vitória por unanimidade do seu polêmico relatório não à sua capacidade de articulação política, mas ao consenso e à flexibilidade de muitos constituintes, que, segundo o senador, abriram mão de propostas contrárias ao anteprojeto.

Gabriel garantiu que Cabral seguirá os termos do seu relatório, pois o texto está de acordo com o progra-

ma do PMDB ao propor a melhoria das relações entre o capital e o trabalho e da qualidade e da expectativa de vida do trabalhador, além de introduzir o direito coletivo, sem tocar nos bens de produção. "O que constitui bandeira do partido será mantido na Sistematização. Isto está garantido", assegurou Almir Gabriel, que nos últimos dias teve várias reuniões com a cúpula do PMDB, e com Bernardo Cabral.

CONQUISTAS

O senador classifica seu relatório de "reformador e de espírito humanístico". Ele não acredita em grandes alterações no texto aprovado na Comissão da Ordem Social, na terceira etapa dos trabalhos da Constituinte. Preservadas as questões programáticas, do PMDB, as outras, em seu entender são suprapartidárias. Entre o primeiro e o segundo relatório aprovado anteriormente, foram acrescentadas cerca de 5% de alterações, todas para "melhorar" a parte social do texto anterior. De 110 subletrados para 120 os artigos do anteprojeto final da Ordem Social, abrangendo os capítulos de trabalhadores, saúde, seguridade social, meio ambiente, minorias, negros e índios.

Almir Gabriel fez questão de destacar como fato muito importante que o setor social não foi subordinado à reforma tributária nem às decisões da área econômica, como tem acontecido.

Todo o trabalho, coordenado pelo relator-geral, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), será levado a cabo em duas frentes: uma, de quatro relatores adjuntos, todos do PMDB, cuidará de processar os textos das comissões no Prodasen, o Centro de Processamento de Dados do Senado; a outra, de oito relatores auxiliares de vários partidos, fará o "trabalho de campo", examinando detalhadamente os sete relatórios já aprovados. Bernardo Cabral, que terá a palavra final na redação do anteprojeto da futura Constituição, contará ainda com a colaboração de alguns auxiliares pessoais e de especialistas em Direito Constitucional.

Os quatro relatores adjuntos são os senadores Fernando Henrique Cardoso (SP), José Inácio Ferreira (ES), Wilson Martins (MS) e o deputado Nelson Jobim (RS). Os relatores auxiliares, responsáveis cada um por uma área específica dentro as oito comissões temáticas, são: senador Virgílio Távora (PDS-CE), que vai tratar da Ordem Econômica e ajudar no Sistema Tributário e Orçamento; deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), que cuidará da Ordem Social; o deputado Renato Vianna (PMDB-SC) tratará da Organização do Esta-

Cardoso exige mais fidelidade ao partido

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Além do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, o líder partidário no Senado, Fernando Henrique Cardoso, também está disposto a denunciar o descumprimento das teses e programas da agremiação durante a votação final em plenário. Ontem, ele disse acreditar na negociação no decorrer dos trabalhos da Assembléia, prevenindo até "que será possível mudar posições de peemedebistas como o deputado Roberto Cardoso Alves".

Fernando Henrique, que é relator adjunto na Comissão de Sistematização, acha que será possível cobrar avanços dos peemedebistas na Constituinte através da convenção nacional extraordinária, a ser realizada nos dias 18 e 19 de julho. Esta é, aliás, a posição do outro relator adjunto, deputado Nelson Jobim, para quem a pressão dos convencionais deverá ser reforçada pela participação popular organizada para dar bons resultados.

O líder no Senado não concorda com os que consideram o resultado dos trabalhos das comissões temáticas pouco avançado, ressaltando ter havido progressos em várias questões. Admitiu retrocesso na Comis-

são da Ordem Econômica e, embora presidencialista, reconheceu que a fórmula de governo possível de aprovar foi o neoparlamentarismo. Mas para que o sistema funcione adequadamente no País, considera indispensável a implantação de uma reforma administrativa. Caso contrário, prevê muitas barganhas em torno de cargos.

ESPERANÇA

Já o deputado Nelson Jobim tem apenas uma esperança pessoal em relação à elaboração de uma carta que efetivamente venha ao encontro do que classifica como os anseios da maioria nacional por mudanças e transformações profundas no País, mas não está certo de que isso acontecerá. Ele julga ser cedo para uma avaliação sobre as tendências dos constituintes, observando que as manifestações até agora registradas foram de cerca de 10% em relação a temas específicos.

Como Fernando Henrique, Jobim também acha importante a cobrança da convenção, admitindo que as propostas populares poderão desempenhar papel importante no comportamento dos constituintes. Ele aproveitou para uma autocritica do grupo xilta que integra, afirman-

do que, por causa do personalismo de alguns dos seus representantes, que não aceitaram aprovar propostas intermediárias, acabaram impedindo avanços.

Ele explicou ainda que, nessa primeira fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização, não haverá modificação do mérito dos pareceres das comissões temáticas, salvo quando houver contradição, pois, nesse caso, o relator será obrigado a optar por uma das propostas, descartando a outra. Somente depois da apresentação do anteprojeto é que o relator entrará no mérito, através do acolhimento de emendas.

Nelson Jobim considerou apropriada a data da convenção, lembrando que ela será realizada exatamente três dias depois da apresentação do anteprojeto, elaborado com base apenas nos pareceres das comissões temáticas. Ele destacou ainda a ilegitimidade do sistema constitucional do País, e, conseqüentemente, reconheceu a ilegitimidade da convocação da Constituinte. Disse, no entanto, que o grande desafio da Constituinte será produzir uma Carta em condições de ser legitimada pela História, que poderá comprovar a identificação dos seus dispositivos com aquilo que deseja a maioria nacional.



Fernando Henrique Cardoso

E respeitar a proposta de mais cinco Estados

BELO HORIZONTE AGÊNCIA ESTADO

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, afirmou ontem, em Belo Horizonte, que não pretende alterar o anteprojeto da comissão temática que cria cinco novos Estados. Mas fez uma ressalva: "Se o anteprojeto for emendado no plenário da comissão eu ficarei com a decisão do plenário", explicou. Segundo ele, caso a criação das novas unidades da Federação seja mantida, um dispositivo final deve regulamentar a implantação de cada uma dessas unidades. "Entendo que esses Estados não devem ser criados precipitadamente, a não ser no caso das unidades que já dispõem de condições de quase Estado", acrescentou o relator da Sistematização.

Cabral assegurou que manterá "todas as conquistas obtidas até agora" ao dar o seu parecer, que primeiro será analisado em plenário. "Consequimos alguns avanços na área social — afirmou —, mas ficaram grandes contradições, como no caso da reforma agrária." Neste particular, o deputado entende que

"houve mesmo um retrocesso, pois a proposta de reforma agrária ficou aquém do Estatuto da Terra" e ainda porque "a função social da propriedade não foi tratada com seriedade ou encarada dentro da realidade".

Bernardo Cabral disse que para tornar a reforma agrária mais "progressista" pretende "agir realisticamente", ou seja, "administrando as contradições, conciliando os contrários, como é próprio da democracia". Com relação a também ouvir os setores que se opõem à reforma, o relator da Comissão de Sistematização foi irônico: "Não sei se eles estão organizados, mas que eu vou trabalhar, isto eu vou". Outro empenho seu será o de manter a estabilidade no emprego, como proposta pela Comissão da Ordem Social.

O deputado amazonense não quis adiantar o que acontecerá à proposta sobre a duração do atual mandato presidencial. Disse apenas que a discussão sobre essa questão parece já superada, concluindo: "Se eu defendo o parlamentarismo, então para mim a duração do mandato do presidente não é importante".

Congresso é que dará as concessões de TV

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Devido a uma manobra sigilosa, e articulada com êxito, a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo estabeleceu em seu relatório final, divulgado ontem, que é competência exclusiva do Congresso Nacional a concessão e renovação das concessões de canais para emissoras de rádio e televisão. Atualmente a competência é do presidente da República, e se não houver alteração no plenário, o dispositivo passará a vigorar na futura Constituição, depois de ter sido derrotado na Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, onde fora proposto pelo relator Artur da Távola.

Alguns integrantes da comissão só perceberam a mudança quando receberam o texto final, pois a alteração não constava do anteprojeto original, tendo sido incluída no articulado, documento em que o relator Egídio Ferreira Lima alistou todas as emendas e seus pareceres, para iniciar a votação, na manhã de sábado. A manobra foi concluída mediante

acordo interpartidário e aproveitando a idéia do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

Na definição das atribuições do Legislativo, de acordo com o relatório, o artigo 4 estabelece que "Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União", citando no parágrafo XIV o "Sistema Nacional de Radiodifusão, Telecomunicação e Comunicação de Massa". No artigo 5, entre as competências exclusivas do Congresso Nacional, o parágrafo XIV inclui "Conceder e renovar a concessão de emissoras de rádio e televisão". Em relação ao pretendido na Comissão da Comunicação, o preceito é ainda mais rígido, já que a competência torna-se "exclusiva" do Congresso, sem sanção do presidente da República.

O substitutivo do deputado Egídio Ferreira Lima foi colocado em votação e aprovado por 59 a três sem que o dispositivo fosse destacado por nenhum parlamentar. Muitos estavam envolvidos no acordo, outros não estudaram o documento em detalhe. Ninguém quis ontem assumir a paternidade da idéia, e o relator Ferreira Lima limitou-se a sorrir, o mesmo acontecendo com outros constituintes.

Sandra fará relatório da comunicação

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO



A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) deverá entregar hoje ao relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, documento sobre a Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, com propostas conciliatórias para a solução dos impasses que não permitiram a votação do relator Artur da Távola (PMDB-RJ), no fim de semana. Ela considera que 70% do segundo parecer apresentado na Comissão por Artur da Távola "era razoável", o que não aconteceu com o primeiro, "um simples panfleto".

Para fazer seu relatório, explicando os pontos polêmicos, as questões tranquilas de votação e até mesmo o que aconteceu durante os trabalhos da comissão temática e nas três subcomissões, Sandra Cavalcanti passou a tarde de ontem em intensa atividade e levou "o dever para casa", segundo disse, para tentar entregá-lo hoje a Cabral. A deputada considera que em alguns pontos houve radicalização, como o da destinação das verbas públicas às escolas.

PMDB convoca amanhã a convenção nacional

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) entregou ontem à tarde a Ulysses Guimarães o requerimento pedindo a convocação da convenção nacional extraordinária do partido. O encontro já havia sido marcado, através de acordo, para os dias 18 e 19 de julho, quando os peemedebistas deverão definir sua posição sobre o sistema de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney e de seus sucessores. Serão debatidos também o quadro sócio-econômico e questões programáticas na Constituinte.

Amanhã, a Executiva vai formalizar a convocação da convenção, que reunirá quase 900 integrantes do partido. O requerimento entregue por Maurício Fruet contém mais de 300 assinaturas, entre elas as de Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Henrique, Euclides Scalco, Miro Teixeira e o ex-governador cearense Gonzaga Motta — elogiado publicamente por Ulysses como "companheiro de luta das primeiras horas".

O deputado Roberto Cardoso Alves (SP), membro da Comissão Executiva Nacional, depois de uma reunião no gabinete do presidente da Câmara, disse que a convenção será inócua: "Ninguém será obrigado a seguir sua decisão sobre sistema de governo e duração de mandato". E acrescentou: "Se a convenção do meu partido decidir que o mandato de Sarney deve ser de quatro anos, não votarei. Votarei pelos cinco anos. No programa do PMDB não consta este tema".

Para Cardoso Alves, não há condições de os governadores de Minas, de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, serem derrotados na convenção nacional. "Todos eles já se declararam a favor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney", afirmou o parlamentar paulista.

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA) também assegurou que a convenção não tem competência para definir a orientação dos constituintes na questão da duração do mandato presidencial. "O assunto não consta do programa ou dos estatutos do partido".



Fruet concorda com data da convenção proposta por Ulysses

Grupo prepara atuação independente no plenário

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Os deputados do PMDB baiano, Jutahy Júnior e Genebaldo Correia, além dos peemedebistas gaúchos Ibsen Pinheiro e José Fogaça, estão articulando a criação de um grupo suprapartidário para negociar fórmulas de entendimento entre os setores moderados e mais avançados da Constituinte, para a aprovação de propostas que possam representar a média das opiniões na Assembléia.

A informação foi dada, ontem, pelo deputado Jutahy Júnior, coordenador da bancada do PMDB baiano. Ele lembrou que a experiência foi testada com sucesso na Comissão da Organização dos Poderes, neutralizando até a influência dos líderes Carlos Sant'Anna e Mário Covas, além do deputado Ulysses Guimarães, que desejavam a manutenção do presidencialismo e, no entanto, tiveram de se contentar com o parlamentarismo "à brasileira".

Jutahy Júnior explicou que a idéia da criação do grupo para negociar posições intermediárias surgiu a partir da análise da radicalização de algumas correntes em torno de determinadas questões, que, a seu ver, sem negociação, resultariam em posições extremadas. Com base nessa

avaliação, formou-se um grupo suprapartidário na Comissão de Organização dos Poderes, o que possibilitou até a liderança do PT aprovar algumas das suas teses.

O deputado balano explicou que o grupo será formado por cerca de 50 parlamentares, para atuar no plenário, já que a maioria dos adeptos da idéia não integra a Comissão de Sistematização. Ele vem conversando com todos os partidos para sua formação e está encontrando boa receptividade. Conforme acredita, se grupo semelhante houvesse atuado na Comissão da Ordem Econômica, moderados e progressistas poderiam ter chegado ao entendimento, evitando-se a radicalização de posições.

AMBIENTE MADURO

O presidente da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães, acha que o ambiente está "maduro" para um amplo entendimento, de todos os partidos, com o objetivo de evitar radicalismos nos trabalhos de elaboração da nova Constituição. Ele citou como prova disso os aplausos registrados na sessão solene, pela manhã, em homenagem ao presidente do governo espanhol, Felipe González, aos oradores que defenderam o entendimento e a busca do consenso.

Déficit público, o vilão comum

EDUARDO DA ROCHA AZEVEDO

O pensamento político liberal no Brasil poderá tomar um rápido impulso a partir do momento em que os sindicatos e as empresas compreenderem que seus interesses são cada vez mais convergentes. O grande fator gerador de perda de renda dos assalariados neste momento é o déficit público. Nessas condições, a convocação de uma greve geral pela CUT para protestar contra a perda de renda pode até ser justificável. Só que seu alvo é errado, pois em lugar de atingir o mau patrão, que é o Estado, vai atingir as empresas privadas.

Ao adotar o novo cruzado, o governo reconheceu que tinha de parar de gastar, mas cortou até agora somente os projetos. A perda de renda dos assalariados, da mesma forma que o confisco da poupança — que em lugar de ir para a construção e de moradias vai para o Banco Central —, tem apenas uma explicação: a necessidade de financiamento do déficit público. Isto é, o grande consumidor privilegiado continua sendo o Estado ineficiente.

A alta a que assistimos nas Bol-

sas de Valores reflete a esperança de que esse quadro se reverta. E de que as intenções do governo sejam verdadeiras. É preciso vigiar as intenções de cortes nos gastos para que elas não fiquem no papel, enquanto a renda dos assalariados é a poupança para investimentos continuam a ser confiscadas por meios diretos e indiretos. Poucas pessoas se dão conta de que as cadernetas de poupança estão hoje largamente financiando o déficit público. Está provado que déficit alto não aumenta a oferta de empregos, e é isto o que poderia levar a CUT a se aliar às empresas privadas, até por outra simples lógica econômica:

Além de mau patrão, o Estado precisa se normalizar, reduzindo seus custos, automatizando suas linhas de produção e partindo para estratégias que são desempregadoras em todas as partes do mundo. A geração de empregos é muito mais rápida e muito mais dinâmica nas pequenas e médias empresas privadas, ou nos grandes projetos privados que se implantam com mais eficiência gerencial.

Está faltando compreensão na classe trabalhadora para as transfor-

mações que vêm ocorrendo em várias partes do mundo e podem ocorrer também no Brasil, com a privatização de estatais mediante a venda de parte de suas ações aos próprios empregados das empresas e a abertura do capital para acionistas privados nacionais e estrangeiros. É preciso também levar em conta que não se cria nem se defende emprego com leis, mas com investimentos.

É possível que o Novo Plano Cruzado abra um vasto horizonte neste sentido, se o pensamento político liberal for capaz de lançar as pontes que estão faltando para o entendimento dos sindicatos e dos empresários em torno de um objetivo comum: cortar o Estado ineficiente, aumentando a oferta de empregos e a renda real dos assalariados. Em nenhuma parte do mundo o emprego foi garantido sem investimento. É possível que a alta da Bolsa esteja refletindo o cenário otimista, que gostaríamos de ver se sustentar com prudência e firmeza, corrigidos os erros do primeiro Plano Cruzado, que pecou pela euforia exagerada e o alto consumo do governo.

Eduardo da Rocha Azevedo é presidente da Bolsa de Valores de São Paulo